

Ofício 19/2026

Brasília-DF, 17 de março de 2026.

Excelentíssimo Senhor Deputado Federal
Luiz Lindbergh Farias Filho
Câmara dos Deputados

Excelentíssimo Senhor Deputado,

A Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores da Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – **FENASPS** – entidade representativa dos (as) servidores (as) das carreiras do Seguro Social (INSS), Seguridade Social (Previdência, Saúde e Trabalho – PST) e Anvisa, com sede e foro no Setor de Diversões Sul - SDS, Edifício Venâncio V, térreo, loja 28, Brasília/DF, vem pelo presente ofício denunciar a atual direção da GEAP que está implementando uma política etarista e excludente, aumentando absurdamente as mensalidades do Plano de Saúde GEAP, excluindo quem tem menores salários e os idosos, antigos participantes que estão sendo expulsos do plano.

O diretor executivo indicado pelo governo, bem como os conselheiros indicados pelos órgãos e Ministérios, não ofereceu nenhuma opção aos participantes que estão há mais de 40 a 50 anos neste plano. E vale ressaltar que desde que assumiu, esta gestão adotou prática de reajustes abusivos, fazendo com que mais de 30 ou 40 mil fossem, na prática, expulsos do plano Geap, que enfrenta crise financeira, porém por incapacidade financeira abriram mão de aproximadamente 80 milhões mensais de receitas, que era pagas por mais de 40 mil servidores excluídos do plano. E nos últimos dois meses os participantes do plano sofrem com o descredenciamento de hospitais, laboratórios e clínicas em todo País.

Além disto deliberadamente, a Direção da GEAP não está cumprindo a decisão do TJDF, cópia anexa, que mandou suspender o reajuste abusivo que em alguns casos chega a 31%, aproximadamente entre R\$ 450 a R\$ 500,00 a mais por participante do plano. A maioria sequer teve este valor de reajuste em seus salários.

Depois da decisão que impediu o segundo reajuste aplicado em maio de 2025, a GEAP, além de ter aplicado o segundo reajuste do ano de 2025, apesar da liminar que determina que o cancele, no mês de fevereiro de 2026, aplicou novo reajuste anual. Os índices somados resultam em mais de 50% de reajuste em cerca de 12 meses, o que resultará em uma nova leva de servidores, todos idosos, que dependem do plano para seu tratamento, a serem excluídos, situação está que se se repete à cada novo reajuste.

É fundamental que o governo tenha uma posição sobre este absurdo, pois os diretores atuais alegam que foi o convênio feito com o MGI e órgãos do governo que permitiu este reajuste.

Neste sentido, é urgente que haja esta mediação dos parlamentares para buscar soluções que atendam mais de 700 mil vidas pelo País. Além do mais é o governo quem tem a prerrogativa de indicar maioria dos Conselheiros e Diretor Executivo. E precisamos deste apoio parlamentar para que o governo aumente sua parte da perc capta no convenio, que hoje corresponde a menos de 10% do atual valor.

Sendo assim, solicitamos o agendamento de uma audiência para tratarmos sobre o assunto.

Nos colocamos ao inteiro dispor para o que se fizer necessário e aguardamos sua disponibilidade.

Respeitosamente,


Pedro Jorge Gomes de Lima
Diretoria Colegiada da Fenasps